

Comité de Representantes



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

59

SUMÁRIO

ALADI/CR/Ata 117
Sumário
4 de novembro de 1985

RESERVADO

1. Aprovação da ordem do dia.

Com a inclusão de um ponto 4, referente a "Entrada em vigor da NALADI", APROVA-SE a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.63).

1) Representação Permanente do Chile.
Vigência dos Acordos Regionais nos. 1, 2 e 3 do Terceiro Protocolo Modificativo do Acordo de alcance parcial no. 3.

ALADI/CR/di 96.9 e 88.53.

(Comunica que foram publicados no Diário Oficial de 17/X/85 os Decretos Supremos nos. 420 e 421 do Ministério da Fazenda, pelos quais são colocados em vigor os mencionados instrumentos).

2) Representação Permanente do Uruguai.
Vigência do Acordo Regional no. 4.

ALADI/CR/di 130.4.

(Comunica que o Poder Executivo aprovou o decreto que coloca em vigor o mencionado instrumento subscrito em 27 de abril de 1984, através do qual se instituiu a preferência tarifária regional).

3) Representação Permanente do México.
Contribuição para o orçamento da Associação.

(Envia, em anexo, o cheque no. 887398949 do Citibank pela quantia de US\$ 75.289,33 correspondente à contribuição do mês de outubro para o orçamento deste ano).

4) Relatório final da terceira reunião da indústria do vidro (ALADI/SI.V/III/Relatório).

//

5) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 30 de setembro de 1985 (ALADI/SEC/dt 4.54).

- Após a publicação do documento ALADI/SEC/di 2.63 foram recebidas as seguintes notas:

6) Representação Permanente da Argentina. Pagamento de importações. ALADI/CR/di 82.7.

(Envia, em anexo, fotocópia da circular do Banco Central referente à mencionada disposição).

7) Representação Permanente da Argentina. Vigência do Acordo de alcance parcial suscrito com a República da Bolívia, ao amparo da Resolução 24 do Comitê de Representantes.

(Comunica a Resolução Conjunta no. 892 e 856, emanada dos Ministérios das Relações Exteriores e Culto e de Economia, através da qual se prorroga até 25 de agosto de 1986 a vigência do tratamento tarifário preferencial estabelecido no Decreto no. 2.282, de 27 de julho de 1984, para as importações provenientes da República da Bolívia, segundo o mencionado instrumento).

3. Rodada Regional de Negociações. Relatório do Secretário-Geral. Após a informação do Secretário-Geral, o tema continuará sendo considerado em reunião informal de Chefes de Representação, a realizar-se na próxima sexta-feira às 10h 30m.
4. Entrada em vigor da NALADI. Cria-se um grupo de trabalho para a consideração do tema.

Comité de Representantes



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

723

APROVADA
NA 118 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 117
4 de novembro de 1985
Horas: 10h 40m às 12h 45m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.63).
 - 1) Representação Permanente do Chile. Vigência dos Acordos Regionais nos. 1, 2 e 3 e do Terceiro Protocolo Modificativo do Acordo de alcance parcial no. 3 (ALADI/CR/di 96.9 e 88.53).
 - 2) Representação Permanente do Uruguai. Vigência do Acordo Regional no. 4 (ALADI/CR/di 130.4).
 - 3) Representação Permanente do México. Contribuição para o orçamento da Associação.
 - 4) Relatório final da terceira reunião da indústria do vidro (ALADI/SI.V/III/Relatório).
 - 5) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 30 de setembro de 1985 (ALADI/SEC/dt 4.54).
 - 6) Representação Permanente da Argentina. Pagamentos de importações (ALADI/CR/di 82.7).
 - 7) Representação Permanente da Argentina. Vigência do Acordo de alcance parcial suscrito com a República da Bolívia, ao amparo da Resolução 24 do Comitê de Representantes.
3. Rodada Regional de Negociações. Relatório do Secretário-Geral.
4. Entrada em vigor da NALADI.

//

Preside:

RAUL PINTO ALVAREZ

Assistem: Carlos Alberto Onís Vigil, Rodolfo Ignacio Rodríguez, Juan José Martí nez e María Cristina Boldorini (Argentina); Fernando Paulo Simas Magalhães, Armando Sergio Frazão, Guilherme Parreiras Horta e Marcos Leal Raposo Lopes (Brasil); Santiago Salazar Santos e Augusto Zuluaga Salazar (Colômbia); Juan Guillermo Toro Dávila, Guillermo Anguita Pinto e Patricio Victoriano Muñoz (Chile); Gustavo Cordovez Pareja e Roberto Betancourt Ruales (Equador); Arturo González Sánchez, Andrés Falcón Mateos, José Pedro Pareyra Hernández, Luis Granados Morales, Rafael Eloy duy Candiana e Gerardo Lozano Arredondo (México); Santiago Alberto Amarilla Vargas e Emilio Lorenzo Giménez Franco (Paraguai); Raúl Pinto Álvarez, Carlos Berninzon Devescovi e Pedro Rubin Heraud (Peru); Gustavo Magariños, Héctor Carlevaro Torres, Pelayo Díaz e Jorge Ciasullo (Uruguai); Jesús Alberto Fernández Jiménez e Santos Sancler Guevara (Venezuela).

Secretário-Geral: Juan José Real.

Secretário-Geral Adjunto: Franklin Buitrón Aguilar.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia

PRESIDENTE. Em consideração a ordem do dia provisória.

Representação da Argentina (Carlos Alberto Onís Vigil). Desejaríamos so licitar a inclusão de um ponto 4, sobre "Entrada em vigor da NALADI".

PRESIDENTE. Em consideração a solicitação da Representação da Argentina.

Não havendo observações, inclui-se um ponto 4 "Entrada em vigor da NALADI".

Não havendo outros comentários, APROVA-SE a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta (ALADI/SEC/di 2.63)

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Corresponde dar entrada ao documento ALADI/SEC/di 2.63, que contém as seguintes notas recebidas e os documentos para a presen te sessão.

//

mas

//

- 1) Representação Permanente do Chile. Vigência dos Acordos Regionais nos. 1, 2 e 3 e do Terceiro Protocolo Modificativo do Acordo de alcance parcial no. 3 (ALADI/CR/di 96.9 e 88.53).

"No. 58/85. Montevideu, em 30 de outubro de 1985.

A Representação Permanente do Chile junto à Associação Latino-Americana de Integração cumprimenta muito atenciosamente a Secretaria-Geral e tem a honra de comunicar-lhe que foram publicados no Diário Oficial da República do Chile, de 17 de outubro passado, os Decretos Supremos nos. 420 e 421, do Ministério da Fazenda, cuja cópia se anexa à presente nota.

De conformidade com o Decreto Supremo no. 420, o Governo do Chile dispõe a aplicação do Protocolo Modificativo do Acordo de alcance parcial suscrito entre o Brasil e o Chile (Acordo no. 3) em 19 de setembro de 1984 e a Ata de Retificação desse Acordo no. 3, subscrita em 11 de janeiro de 1985. Através do Decreto Supremo no. 421, o Governo do Chile dispõe a aplicação do primeiro protocolo adicional ao acordo regional de abertura de mercados em favor da Bolívia (Acordo no. 1), do primeiro protocolo adicional ao acordo regional de abertura de mercados em favor do Equador (Acordo no. 2) e o primeiro protocolo adicional ao acordo regional de abertura de mercados em favor do Paraguai (Acordo no. 3), subscritos em Montevideu em 14 de setembro de 1984.

A Representação Permanente do Chile aproveita a oportunidade para renovar à Secretaria-Geral da ALADI os protestos da sua mais alta e distinta consideração."

- 2) Representação Permanente do Uruguai. Vigência do Acordo Regional no. 4 (ALADI/CR/di 130.4).

"No. 553/85. Montevideu, em 24 de outubro de 1985. Senhor Secretário-Geral da ALADI, doutor Juan José Real. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar a essa Secretaria, e por seu intermédio, aos demais países-membros que, por decreto de 15 do corrente, o Poder Executivo aprovou o Acordo de alcance regional suscrito em 27 de abril de 1984, através do qual foi instituída a preferência tarifária regional.

Quando sua publicação será enviada a informação complementar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. (a) Héctor Carlevaro Torres, Ministro, Representante Alterno da República Oriental do Uruguai junto à ALADI."

//

//

3) Representação Permanente do México. Contribuição para o orçamento da Associação.

"No. 307/85. Montevidéu, em 24 de outubro de 1985. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Juan José Real, Secretário-Geral da ALADI. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para enviar, em anexo, o cheque no. 887398949 do Citibank em favor da Associação Latino-Americana de Integração pela quantia de US\$ 75.289,33 (setenta e cinco mil e duzentos oitenta e nove dólares e trinta e três centavos), que constituem a contribuição dos Estados Unidos Mexicanos, correspondente ao mês de outubro de 1985 para o orçamento do presente ano da ALADI.

Solicito a Vossa Excelência a gentileza de comunicar o anterior aos demais membros do Comitê de Representantes da Associação.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Arturo González Sánchez, Embaixador, Representante Permanente."

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Agradecemos à Representação do México essa contribuição.

4) Relatório final da terceira reunião da indústria do vidro (ALADI/SI.V/III/Relatório).

5) Relatório sobre a situação orçamentária e patrimonial da Associação e sobre os estados de fundos em 30 de setembro de 1985 (ALADI/SEC/dt 4.54).

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. Após a publicação do documento ALADI/SEC/di 2.63 foram recebidas as seguintes notas:

6) Representação Permanente da Argentina. Pagamentos de importações (ALADI/CR/di 82.7)

"No. 146/85. Montevidéu, em 29 de outubro de 1985. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Juan José Real, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

//

//

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de comunicar-lhe e, por seu intermédio, às Representações acreditadas no Comitê o texto de uma nova circular do Banco Central de meu país.

A circular da qual enviamos fotocópia, em anexo, ("A" 785) vincula-se com as normas referentes a pagamentos de importações.

Saúdo Vossa Excelência com os protestos de minha mais distinta consideração (a) Leopoldo H. Tettamanti, Embaixador, Representante Permanente da Argentina junto à ALADI."

- 7) Representação Permanente da Argentina, Vigência do Acordo de alcance parcial suscrito com a República da Bolívia, ao amparo da Resolução 24 do Comitê de Representantes.

"No. 147/85. Montevideu, em 31 de outubro de 1985. Ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Juan José Real, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração. Nesta.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência e, por seu intermédio, às Representações acreditadas no Comitê com a finalidade de comunicar-lhe a Resolução Conjunta no. 892 e 856, emanada dos Ministérios das Relações Exteriores e Culto e da Economia de meu país.

Através da Resolução adjunta prorroga-se até 25 de agosto de 1986 a vigência do tratamento tarifário preferencial estabelecido no Decreto no. 2.282, de 27 de julho de 1984, para as importações procedentes da República da Bolívia, segundo o Acordo de alcance parcial suscrito com esse país no âmbito da Resolução 24 do Comitê de Representantes.

Saúdo Vossa Excelência com os protestos de minha mais alta e distinta consideração. (a) Leopoldo H. Tettamanti, Embaixador, Representante Permanente da Argentina junto à ALADI."

3. Rodada de Negociações. Relatório do Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Tratarei de ser muito breve para que depois possamos intercambiar idéias sobre o prosseguimento de nossos trabalhos a respeito da Rodada.

vff

//

//

Na realidade, em primeiro lugar, corresponde que transmita às Representações meus mais profundos agradecimentos e reconhecimento pelo tratamento de que fui objeto, junto com Oscar Paris, quando visitamos as capitais dos países-membros. Falta ainda realizar a visita ao Paraguai, o que faremos com muito prazer no dia de amanhã. Depois de completar o circuito de visitas e também as conversações que manteremos aqui com as autoridades uruguaias expressarei formalmente às autoridades de cada um dos respectivos países meus agradecimentos pessoais.

Como resultado desta viagem tenho uma primeira reação de capitais que, suponho, foi se decantando com o tempo. Ou seja, as Representações serão as que mais cabalmente poderão ter uma idéia sobre as diversas posições dos respectivos países, através das instruções que irão recebendo a esse respeito.

Por outro lado, muitos dos Senhores estiveram presente durante as visitas, de forma que procurarei apresentar, de modo espontâneo e, em parte, esquecendo-me de que estamos em atas, minha apreciação sobre a reação dos países, da reação de capitais em torno da Rodada de Negociações.

Em primeiro lugar, desejaria sublinhar que a colocação, o enfoque com que se vê a Rodada, é eminentemente político; ou seja, o mesmo espírito, a mesma percepção que existiu aqui desde o mês de março até hoje e durante os trabalhos preparativos existe nas capitais. Então, mais do que estar pensando em que se realizará uma ação em torno da ALADI e da integração, em parte o ambiente que se percebe é de que existe uma disposição de falar, se se quer, de coisas maiores. Ou seja, procurar entendimentos que estejam orientados a uma operação econômica regional, a uma linha de desenvolvimento regional, baseada fundamentalmente no comércio, nas relações comerciais recíprocas.

Também pode palpar-se em nível das conversações realizadas com as Chancelarias fundamentalmente que existe um âmbito no qual estas idéias de cooperação econômica poderiam manejar-se no mesmo nível que as principais questões de coordenação de política latino-americana, ou seja, o relacionado com a paz e a segurança regional, o relacionado com a dívida e com o desenvolvimento. Isso daria um tríptico dos principais temas da coordenação latino-americana através do qual iriam sendo canalizadas ações como aquelas que desejam iniciar os países em torno da Rodada Regional de Negociações.

Existe também uma clara confirmação por parte das autoridades nacionais no sentido de que a região e a América Latina constituem uma opção da primeira prioridade para os países-membros e, nesse sentido, reafirmam-se os compromissos e as disposições de negociar, manifestadas no Encontro de Montevideu.

Um segundo comentário que queria formular é que existe a impressão de que há um desejo de manter pelo tempo que está transcorrendo, isto é, até o lançamento da Rodada, um diálogo político sem ir às negociações em si mesmas até que o âmbito da Rodada esteja definido. Existe consciência de que as negociações realizadas depois do período de transição da ALALC para a ALADI são negociações de pouca importância, sem uma orientação política voltada para a cooperação

//

//

ração regional e que, inclusive a atitude -como todos conhecemos- de nossos negociadores nem sempre esteve impulsionada por esse sentido político de tratar de obter que as negociações entre nossos países pudessem chegar a compromissos de uma maior envergadura, de uma maior magnitude.

Dentro deste tipo de considerações gerais vale a pena salientar que o compromisso do Encontro de Montevideu e a aceitação da Rodada em si mesma, aberta à participação dos países regionais, mantém-se como ideia muito firme e muito clara e que os temas dessa Rodada de Negociações seriam mais ou menos os temas que estivemos vendo durante o período preparatório, contidos na proposta global feita nos documentos 159 e 159.1 e nos projetos de negociação e que, de alguma forma também procurei refletir no memorando que deixei para os Senhores e que deixei nas capitais onde se fazia um ensaio de uma lista de possíveis temas para a Rodada.

Posteriormente, ao longo das visitas e nas conversações mantidas em um plano informal, porém muito ativas e muito intensas nas capitais, surgiram também alguns outros temas como, por exemplo, o tema da complementação industrial com a indicação de possíveis setores, aparecendo então referências à petroquímica, à metal-mecânica, à energia nuclear e à informática.

Outro tema que foi surgindo é o tema da coordenação que pode se estabelecer entre produções regionais para a colocação em terceiros mercados. Outros sim, foi feita referência à eventual coordenação dos países da Associação perante terceiros com motivo das negociações internacionais de que deve participar a região, fundamentalmente o GATT ou o SGPC da UNCTAD.

Um quarto tema, ao qual foi dada muita ênfase ao falar de serviços, foi o referente a transporte e fretes. Esse tema surgiu várias vezes ao longo das entrevistas mantidas, vale a pena sublinhar, com Primeiros Mandatários, com Chanceleres, com Ministros da Fazenda, com Ministros de Comércio e Integração, com Institutos de Comércio, com corpos especializados, com bancos centrais e também com o setor empresarial. Muitas vezes do setor empresarial surgiu também a preocupação do tema transporte e fretes.

Por outro lado, dentro desta ordem de idéias, foram colocadas também sugestões sobre a possibilidade de que a Associação, através da Rodada de Negociações, pudesse analisar alguns outros aspectos vinculados com o estabelecimento de linhas de desenvolvimento a longo prazo e inclusive a possibilidade de que se possa estabelecer acordos em torno de aprovisionamentos a longo prazo.

Além destes temas, quero manifestar também que encontrei uma disposição muito aberta e muito marcada para que, no âmbito do entendimento político que significa a Rodada, pudesse haver alguma sensibilidade especial para atender a particular situação que atravessa a Bolívia. O tema foi surgindo espontaneamente ao longo das conversações, não como um ato de generosidade latino-americana mas como a necessidade de que na conjuntura os países da Associação pudessem apoiar um país que está suportando uma situação extremamente grave e aguda.

//

Com o propósito de não dilatar mais esta intervenção, que não pretende ser uma exposição formal, mas o início de um intercâmbio de opiniões, diria, fazendo um pouco o balanço de qual é o cenário que vemos diante da Rodada, que aparecem três âmbitos para as próximas etapas.

Aparece um primeiro espaço onde o tema tem uma clara inserção política, sendo esse enfoque compartilhado por todas as autoridades nacionais em geral. Há um segundo nível, referente às negociações em si no plano multilateral; o terceiro nível é o nível das ações bilaterais.

Acredito ter percebido que em nossos países existiriam, se não dificuldades, para não apresentá-lo como algo negativo, sim uma cautela a respeito do avanço no plano multilateral, ao avanço nos compromissos multilaterais. Ainda estão muito recentes as dificuldades vividas no plano da ALALC e do Andino e diria que há certa prudente reticência a assumir, neste momento, compromissos multilaterais maiores. Os países parecem estar dispostos a partir de entendimentos políticos e de compromissos governamentais, a ir a ações de relacionamento direto por pares ou grupos de países. No plano multilateral se nota certa dificuldade. Creio que valeria a pena refletir sobre este aspecto, para não levar a Associação a uma situação na qual se pudesse criar grandes expectativas e depois surgirem poucos avanços. Acredito, por exemplo, que em matéria de preferência tarifária regional, embora seja previsível que se possa avançar, não é muito o que se poderia avançar. Igualmente, existe grande interesse em vincular o tema da preferência tarifária regional com o tema das restrições não tarifárias e que esses dois temas fossem tratados de forma paralela.

Repito que o que recolhi é uma reação sobre o andamento, mas que me deixou a impressão de que compromissos de caráter multilateral em geral como os previstos dentro da Rodada teriam maior dificuldade para um avanço rápido. Os países dão a sensação como que desejassem tomar-se um tempo para ir avançando mui prudentemente e mui pausadamente nos compromissos multilaterais.

Diferente é o campo dos compromissos bilaterais. Aí sim vimos de forma muito evidente um desejo de poder chegar a entendimentos rápidos e diretos entre países a partir das experiências que estão sendo realizadas atualmente e também levando em conta sugestões ou propostas como as emanadas dos projetos de negociação.

Percebi também, se me permitem abreviar etapas e manter uma espontaneidade de de linguagem para transmitir vivências, que há uma coordenação latino-americana que vem sendo dada informalmente em torno da cooperação regional e que talvez ali não esteja a maior dificuldade para avançar para uma rodada de negociações onde se procurará levar à prática compromissos do nível político como os do "Encontro de Montevideu". Talvez uma das dificuldades que surgirão seja a da coordenação interna dos países na articulação de todas as dependências que intervirão em uma operação desta natureza e, principalmente, no que diz respeito a uma muito estreita vinculação que deverá manter-se entre o setor público e o setor privado, coisa que, aparentemente, ainda não está totalmente lograda na maioria dos países.

//

vf

//

Em muitas oportunidades, como aconteceu no passado, os empresários expunham problemas e reclamações para uma solução no âmbito da Associação que ainda não tinham obtido no plano nacional. Isso é algo que pode dificultar o desenvolvimento das negociações e que obrigará, a meu critério, digo isto com todo o respeito e consideração, a um entendimento muito mais estreito entre Governos e setor privado, se se deseja chegar a uma posição na qual se incrementa o comércio e se reorientem as relações comerciais e econômicas em favor da região.

Uns breves comentários finais. Foi possível apreciar, ao longo das conversações, que vai surgindo um espaço no qual se apresentam condições como para que a Associação se pareça mais a um centro de comércio e pagamentos, diria, a um centro interconectado de negociações, para ir terminando uma etapa de transição que culminou com a renegociação da ALALC para a ALADI e começar uma atividade como centro promotor de negócios entre nossos países.

Falta agora definir como continuamos nossos trabalhos em torno da organização da Rodada.

A respeito do lançamento da Rodada em si, existe uma opinião generalizada de que seria conveniente reservar uma data no calendário para o próximo ano e que essa data poderia ser o mês de março, tendo presente a quantidade de compromissos dos países em torno da Dívida e o Consenso de Cartagena, de Contadora, da Assembléia da OEA e das reuniões do SELA, entre outras. Foi insinuada, então, a possibilidade de reservar o mês de março para o lançamento político da rodada de negociações. Seria uma reunião do mais alto nível político, dentro das modalidades que decidam os países e com a representação que oportunamente se convir. Surgiu também nas conversações iniciais que tivemos com as autoridades argentinas a possibilidade de que a reunião pudesse ser feita em Buenos Aires, opinião que fui transmitindo ao longo do caminho e sobre a qual encontrei, em geral, um princípio de consenso.

A questão é como se encerra a etapa que estamos atualmente transcorrendo. Aí foram analisadas também, em diversas oportunidades, em diversas capitais, possíveis modalidades; sem nenhuma formalidade, sem nenhum compromisso e sem nenhuma idéia preconcebida, mas como comentários que surgiam das conversações. Pensou-se que, pelo menos em três variáveis, a possibilidade de utilizar algum encontro dos Chanceleres, por exemplo, a reunião da OEA em Cartagena, onde se poderia decidir o lançamento da Rodada em março, com as características de ato político a que fiz referência. Também se pensou que, caso haja uma reunião do Consenso de Cartagena em Montevideu da qual eventualmente participariam os Chanceleres e os Ministros da Fazenda, poderia aproveitar-se essa oportunidade. E uma terceira variante manejada, tendo presente que esses dois atos não dependem diretamente da Associação e também não há uma certeza plena a respeito de seu desenvolvimento, principalmente no que se refere ao Consenso de Cartagena, a possibilidade de que o encerramento deste período preparatório pudesse ser feito diretamente em Montevideu, através das Representações no Comitê, para o qual seria necessário elaborar, como foi feito com o Encontro de Montevideu, um documento muito simples, uma vez que o trabalho preparatório está realizado, no qual os países conviriam reunir-se em março para o lançamento político da Rodada em torno dos temas que viemos considerando até o momento. É uma terceira possibilidade. Nenhuma das três possibilidades foi examinada detalhadamente durante as conversações, mas foram diversas variantes analisadas com o propósito de ir trocando impressões.

vf

//

//

Não quero abusar mais da palavra mas, pelo contrário, finalizar esta intervenção para dar oportunidade a um intercâmbio de idéias entre os Senhores sobre como continuamos trabalhando.

Antes de finalizar desejaria reiterar meu reconhecimento pelo acolhimento que tive por parte de todas as autoridades nacionais e pela consideração e apreço com que fui tratado em todas as capitais visitadas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral. Agradecemos-lhe a informação dada que nos permitirá iniciar o intercâmbio de idéias ou de conceitos.

Por conseguinte, convidaria os Senhores Representantes a que expressem suas opiniões em função da exposição que acaba de fazer o Senhor Secretário-Geral.

Representação do PERU (Carlos Berninzon Devescovi). Desejaríamos, em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Secretário-Geral a informação que coloca a nossa disposição, bem como expressar nosso agradecimento também pela viagem que fez aos países-membros em ação direta, salutar, conveniente e que, a critério de nossa Representação, deveria ser mais contínua.

Em segundo lugar, coincidimos com o Senhor Secretário-Geral no sentido de que meu Governo considerou muito difícil poder avançar nos trabalhos preparatórios ou na convocação, no último trimestre deste ano e no primeiro trimestre do próximo ano, por motivos de férias internas no Uruguai pelo período de verão.

Acordamos, no âmbito de Governo, tanto em nível do Setor Integração como de Chancelaria, que o conveniente era adiar isto até março.

Agora, porém, surge a pergunta de como vamos fazer em março. O Senhor Secretário-Geral apresenta um leque de possibilidades; dentro do Consenso de Cartagena, dentro do Conselho da OEA ou aqui, em nível de Comitê de Representantes. As cartas já foram jogadas e agora a pergunta é quem pega o monte, ou se já, nós como Comitê ou nossas Chancelarias, à margem do Comitê. Além de agradecer a informação ao Secretário-Geral minha Representação queria fazer esta pergunta: qué vamos fazer nós, como Comitê, de agora em diante?

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Parece-me que as informações que nos deu o Senhor Secretário-Geral nos dão um panorama bastante preciso a respeito da evolução do pensamento de nossos Governos sobre a formalização e lançamento da Rodada Regional de Negociações.

Ele falou de um âmbito político, que parece ser uma das idéias existentes em torno desta Rodada Regional de Negociações e que enquadra o tema em outra problemática latino-americana que está sendo considerada atualmente. Acredito que isso tem uma singular importância porque, em todos os casos, começa

//

//

ria a ser privilegiado o tema da Rodada de Negociações no contexto geral dos problemas latino-americanos, pois é evidente que até o momento talvez lhe corresponderia uma segunda categoria em matéria de importância. Isso nos defronta com o fato de que para estar de acordo com essa orientação, o ato de lançamento da Rodada Regional deveria ter algum caráter político, não fazê-lo simplesmente como uma formalização mais ou menos rotineira de nossas ações no Comitê de Representantes ou no seio da ALADI. Isso leva, sem dúvida, a nos apresentar o problema de como fazê-lo, segundo expressou o Senhor Secretário-Geral.

Um ponto central neste tema é a consideração de que já estamos no mês de novembro e que se visualizamos o início, em sua primeira etapa política, da Rodada Regional para o mês de março. Temos pouquíssimo tempo para implementar os procedimentos encaminhados à convocação, ao lançamento na forma considerada mais conveniente. Por conseguinte, devemos adotar alguma decisão mais ou menos rapidamente para consultá-la com nossos Governos. Se deixamos que as coisas surjam totalmente espontâneas, talvez a presença do Secretário-Geral tenha mobilizado suficientemente as atitudes de nossas Chancelarias mas talvez também seja possível que não baste com isso para que sejam adotadas as decisões pertinentes, principalmente se se leva em conta que nossas Chancelarias e nossos Governos estão dedicados nestes momentos a um complexo panorama em matéria de inter-relações regionais.

Da consideração das três opções mencionadas, isto é, utilizar algum foro latino-americano onde se realizará proximamente, por exemplo, a Assembléia da OEA, ou a reunião do Consenso de Cartagena, surgem alguns problemas. No caso do Consenso de Cartagena nos encontraremos com que a integração das delegações não coincidiria com a "membreia" dos países representados na ALADI. No caso da Assembléia da OEA sim, mas teria que se produzir algum ato lateral, paralelo, ad hoc, para poder formalizar a convocação ou o lançamento da Rodada Regional. E aí estamos um pouco em mãos dos acontecimentos que não podemos dirigir ou controlar. Acredito que deveríamos levar em conta esse ponto para adotar alguma posição por parte do Comitê como tal que, afinal de contas, tem a responsabilidade de conduzir os aspectos políticos da ALADI.

A possibilidade de que seja o próprio Comitê de Representantes quem, tendo em conta a incerteza que rodeia os outros acontecimentos, pudesse ser o autor ou o ponto de partida da Rodada Regional de Negociações, creio que também deve ser considerada; mas, nesse caso, parece-me que seria necessário introduzir-lhe algum aspecto político mais marcante que aquele que naturalmente tem. Se estamos falando que em nossos países está tendo essa consideração política e convocamos para iniciar a Rodada de Negociações com uma base excessivamente rotineira, talvez estejamos desandando um pouco o caminho transitado. Considero, por conseguinte, que deveríamos forçar um pouco a imaginação para prever que, se tivermos de utilizar essa opção, o façamos com fundamento mais político. Não sei, por exemplo, se isso poderia ser feito através de mensagens especiais dos Senhores Chanceleres no momento de adotar a decisão o Comitê de Representantes. São idéias que apresento, ou algum tipo de expressão que fosse além do âmbito habitual das decisões do Comitê de Representantes.

//

me

//

Penso que deveríamos realizar algumas conversações para ir, com certa urgência, definindo os pontos de vista do Comitê. Parece-me que o Comitê deveria ir avaliando as diversas opções e fixando algum critério que transmitiria a nossos Governos. Isto é, devemos ser ativos e não passivos nesta matéria, deixando as coisas sujeitas aos efeitos naturais das conversações que teve o Senhor Secretário-Geral.

Por outro lado, desbordando já um pouco esta etapa formal de início da Rodada Regional de Negociações, creio também que seria conveniente examinar mais profundamente os aspectos de política econômica. Está bem que a Rodada Regional de Negociações tenha um fundamento político e, ao mesmo tempo, objetivos da mesma natureza, mas não devemos esquecer-nos de que entre essas coisas e a realidade prática de uma Rodada Regional de Negociações existe grande distância, que comumente nos enfrenta com frustrações, por não dizer fracassos. Ou seja, nem tudo se resolve com o apoio ou fundamento político, mas também deve-se imaginar alguns procedimentos de política econômica relacionados diretamente com os objetivos concretos de uma Rodada Regional de Negociações e aí nos encontraremos, sem nenhuma dúvida, com a exigência de ter que abordar temas, discussões e assuntos que sabemos que são de natureza delicada e que, geralmente levantam resistências bastante consideráveis em cada um de nossos países; e não é questão de perder o compasso entre a atividade de tipo político e as ações que devam ser realizadas para implementar e concretizar os aspectos da Rodada Regional de Negociações.

Não me atrevo neste momento a fazer nenhuma sugestão concreta e sim desejo manter-me em termos gerais. Ou seja, em primeiro lugar, que devemos de alguma forma orientar critérios a respeito do ponto básico do lançamento da Rodada Regional e, em segundo lugar, que em um nível não meramente político e que tampouco é o nível estrito da negociação casuística a que estamos acostumados, isto é, em um plano intermediário, deveríamos intercambiar idéias para ir também avaliando, definindo e identificando algumas linhas de política econômica que deveriam ser a substância efetiva dessa primeira reunião de tipo político que pensamos fazer no mês de março.

O Senhor Representante do Peru referiu-se a problemas circunstanciais e o Senhor Secretário-Geral também se referiu às dificuldades para poder organizar reuniões ou atividades neste período de tempo, mas devemos ter presente, repito, que estamos em novembro e que, a meu critério, é praticamente indispensável que antes do final do ano se adote uma decisão a respeito da convocação e, em segundo lugar, que imediatamente depois já estamos muito perto de março, momento no qual aqueles que se reúnam com alta representatividade governamental deverão forçosamente descer do plano puramente político para fixar orientações econômicas que serão, sem dúvida, as diretrizes da Rodada Regional de Negociações.

Deixo colocados estes pontos para que, em todo caso, decidamos ou pensemos como poderemos considerá-las juntamente com algumas outras idéias que poderiam ser lançadas na mesa. Estou pensando que talvez o conveniente seria que o Comitê de Representantes, em nível de grupo de trabalho ou de Chefes de Re

//

//

apresentações conversasse de forma mais ou menos contínua -um dia inteiro ou dois dias seguidos- sobre estes temas para saber o que devemos fazer, para estarmos em condições, cada um de nós, para dizer algo concreto a nossos Governos porque, do contrário, temo que dentro de umas semanas a visita do Secretário-Geral poderá ir perdendo vigência efetiva em nossos países perante outros acontecimentos e nós mesmos começemos a deixar as coisas no "túnel do esquecimento" que muitas vezes se conforma nestas oportunidades.

Representação do MÉXICO (Arturo González Sánchez). Desejaríamos também aderir ao agradecimento à Secretaria-Geral, concretamente ao Senhor Secretário-Geral, por este raconto que nos ilustrou de modo geral sobre o que foi tratado em nossas capitais.

Do ponto de vista mexicano encontramos, certamente, algumas coincidências, mas também algumas diferenças nos enfoques destas generalidades expostas agora pelo Secretário-Geral.

Efetivamente, concordamos em que é importante falar sobre o tempo. Acredito ser um dos temas críticos nesta Rodada de Negociações; o nível da nossa discussão deve ser o nível político, mas é verdade que as dúvidas já foram manifestadas sobre as três fases que devemos precisar muito bem, porque parecia existir alguma confusão. Devemos definir primeiro quem vai fazer a convocação. Se a convocação deve ser feita pelo Comitê, por exemplo, e isto foi o decidido aqui na mesa, tem já como aval político o fato de que a visita do Senhor Secretário-Geral foi feita aos altos níveis políticos dos nossos países e foi praticamente aceita por todos. Então, isto seria uma ação que poderia ser feita pelo Comitê, sem necessidade de nenhum aval extraordinário ou adicional por parte das capitais. A convocação poderia sintetizar-se dizendo que como resultado da visita do Secretário-Geral se lança, se inicia ou se define uma data, para realizar o evento denominado Rodada Regional, ou o lançamento, como foi dito.

Posteriormente, temos algumas dúvidas; não se falou disto e desejaríamos deixá-lo na mesa como uma preocupação da Representação do México. Insistiremos em que devem ser feitos os preparativos para uma ação dessa magnitude que de seja mobilizar forças na região, para inserir-se, não somente no que constituem os temas fundamentais da própria Associação, mas no tema da cooperação econômica indicada hoje de manhã pelo Senhor Secretário-Geral. Mas o tema da cooperação econômica, entretanto, não deve dificultar os objetivos fundamentais e básicos da Associação que são os da integração. Ou seja, não começemos a dar um passo para o lado neste tipo de negociações. O importante, certamente, é que vejamos o mundo da integração no qual estamos inseridos e um dos temas, um somente, pode ser inserido no capítulo "cooperação na região". A cooperação é um tema mais amplo do que a integração, mas acarreta também outra série de dificuldades; deveremos ser muito cautelosos antes de nos introduzirmos em outro terreno, sendo que ainda não concluímos o terreno da integração.

//

vf

//

Isto me leva a comunicar-lhes outra preocupação da Representação de México. Para poder realizar, então, a primeira e a segunda fases que mencionei, a convocação e uma segunda reunião que seria o que aqui se chamou o lançamento em nível político, nível político em mãos das pessoas que estiverem presente. Para esta segunda fase, dependerá de nós, dos preparativos que fizermos em torno desta mesa, que logremos uma reunião proveitosa. Não acredito que devamos esquecer que foi preparado um documento 159 contendo uma revisão completa dos temas que poderiam ser negociados -justamente é a palavra negociados- em nível político dentro da Rodada, e este documento ainda está em consulta nas nossas capitais e ainda não nos pronunciamos. Então, não deveríamos pular essas etapas e concluí-las seria importante no que nós denominamos os preparativos. Isso seria parte dos preparativos.

Existem outros documentos que devemos examinar bem como nossas capitais. A Rodada não significa que a possamos fazer com um documento simples, de uma página. Se realizarmos negociações, e nisto está uma das apreciações feitas por nosso país durante a visita do Senhor Secretário-Geral, a Rodada deveria ser perfeitamente bem preparada, solidamente preparada, para ter com clareza, com muita clareza, o conhecimento daqueles temas que requeiram de decisões políticas para superar o nível da declaração e o nível do enunciado sem conteúdo.

Portanto, estes outros documentos que também temos são os chamados projetos de negociação; temos iniciado a fase, mas necessitamos examiná-los, necessitamos dar-lhes corpo para que em cada um dos países ou pares de países que o negociarão tenham uma solidez.

Por conseguinte, apelaríamos para que considerássemos essas etapas, para que talvez a terceira etapa seja efetivamente a reunião negociadora. Essa sim uma reunião negociadora nos mais altos níveis, como aqui foi dito, nos mais altos níveis seria a dos Chanceleres dos países, para que ali fossem tomadas decisões. Mas para isto, lembro aos Senhores que seria importante fazer esses preparativos.

Uma última opinião seria a possibilidade de utilizar algum segundo foro. Alguns foram mencionados. Nossa posição seria que privilegiemos o uso deste mesmo foro para uma Rodada Regional de Negociações, dada a explicação que fiz neste momento dos preparativos que devemos realizar e a solidez com que devem ser feitos.

Isto é um pouco o que queria comentar aos Senhores até este momento em caráter geral; talvez mais adiante possamos oferecer alguns outros pontos de vista.

PRESIDENTE. Agradecemos as apreciáveis considerações do Senhor Representante do México.

jcg

//

//

Representação do BRASIL (Fernando Paulo Simas Magalhães). Muito obrigado Senhor Presidente. Deliberadamente eu vou falar muito devagar, porque na última intervenção que eu fiz, posteriormente, ao ler a tradução para o espanhol, certamente feita com muito esforço pelos funcionários, e com muito mérito, eu mesmo não consegui entender o que eu tinha dito. Assim que, desta vez Senhor Presidente, eu procurarei ser mais breve e ser claro no meu português que espero ardentemente todos os Senhores possam entender.

Eu gostaria, como todos os demais amigos e colegas que me antecederam, de agradecer ao Embaixador Real pela exposição que nos fez mas, ao mesmo tempo, fazer a ele também um apelo de alguma coisa que provavelmente ele já tem em mente, qual seja a de uma vez concluída a sua viagem ao Paraguai fazer chegar a todos nós um memorando onde a sua exposição e o que ele possa acrescentar chegue ao nosso conhecimento de forma oficial e por escrito.

Deliberadamente, também, eu esperei que os Senhores Representantes, com muita mais vivência nesta casa do que eu, manifestassem as suas opiniões sobre os pontos que vem sendo discutidos.

Nós falamos aqui, a cada momento, Senhor Presidente, da necessidade de dar importância política à Rodada. Com a minha visão de quem chega, de quem faz uma abordagem do assunto pela primeira vez, eu diria que esta importância já está totalmente lançada. Está lançada no Brasil. O Senhor Secretário-Geral foi recebido pelo Presidente da República, pelo Ministro das Relações Exteriores e por todos os órgãos vinculados à economia. Nesta reunião o assunto foi exclusivamente Rodada de Negociações.

O Senhor Presidente da República do Brasil, por acaso, e ontem e na semana passada tivemos o prazer de escutar o Senhor Chanceler do Equador, mais o Presidente do Brasil, o Presidente Sanguinetti e outras personalidades que por aqui andaram, altas personalidades, já manifestaram seu apoio, a sua concordância, a sua total disposição de participar de uma roda política. Então, caberia fazer a pergunta: por que continuamos a nos preocupar com a necessidade -vejam bem- de dar um conteúdo político ao que vamos fazer? Eu acho que esse conteúdo já foi dado. Nós estamos absolutamente claros, todos nós e definidos em torno da idéia da importância de uma Rodada de Negociações que terá como tema principal, enfim, falou-se em integração, mas que já evolui para outros pensamentos também que serão tratados na ocasião.

O Senhor Secretário-Geral mencionou também um fato que a Representação do Brasil considera particularmente importante, sobretudo em meu país, eu acredito que no país de todos os amigos aqui presentes: a importância de, através do nosso trabalho e do trabalho das nossas Chancelarias, de nos conseguirmos uma certa unidade de pensamento dos órgãos vinculados à economia dos nossos países, economia e comércio, em torno dos temas que a Rodada se propõe. É aqui o caminho em direção do que disse o Senhor Representante do México, que os nossos países já têm conhecimento dos dois documentos, que são os documentos essenciais, documentos cabais e acabados e muito bem feitos e terão que se manifestar a respeito deles antes de que esta reunião possa trazer novas idéias originais.

Eu confesso, Senhor Presidente, que a Representação do Brasil não teria idéias originais a oferecer, a não ser depois de ter recebido uma reação de nossa Chancelaria sobre o que foi feito, e feito com muito mérito pelo Comitê e pela Secretaria da ALADI.

//

As hipóteses que foram colocadas aqui para o lançamento político, como foi dito da Rodada, pelo Senhor Secretário-Geral, eu me inclinaria muito a favorecer - e nesse sentido penso recomendar essa decisão a meu Governo sem excluir a hipótese de que seja outro o pensamento do Governo brasileiro - de favorecer a terceira hipótese: que o próprio Comitê, reunido expressamente para isso, formule o convite, oficialize o convite, faça talvez, prepare talvez, um papel onde isso seja feito com riqueza de detalhes e com uma exposição clara da intenção do que se propõe a Associação. Portanto, acredito que essa reunião tem uma importância particular e gostaria muito de sair daqui já com uma definição - seria útil para nós, Senhor Presidente, tendo em conta que realmente o tempo é curto, falta pouco para dezembro -; o útil para nós saber que chegamos a uma conclusão, nesta mesma reunião, talvez, sobre qual é o próximo passo a ser dado. Muito obrigado.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, vejo que existe em algum Senhor Representante certa tendência a considerar que uma maneira apropriada de dar o próximo passo seria através da terceira das opções, ou seja, através do mecanismo regular do Comitê de Representantes, e manifesto que estaríamos em condições de seguir essa orientação e que se os Senhores Representantes considerassem viável iniciar algum tipo de ação nessa matéria, poderíamos conversar nessa base. Isto é, ver se podemos acordar uma consulta com nossos Governos, para que o Comitê de Representantes, em uma data mais ou menos indicada, procedesse a adotar a resolução correspondente para lançar a Rodada de Negociações e convocar a reunião de altos representantes governamentais, com a fundamentação que se considere necessária, se é que assim deve ser.

Impressionou-me o manifestado pelo Senhor Representante do Brasil quanto a que o Senhor Secretário-Geral recolheu expressões bem concretas de apoio político e que, em consequência, talvez estejamos pedindo mais do que se deve.

Concretamente, Senhor Presidente, estaríamos em condições de acordar aqui, no Comitê de Representantes, uma consulta coordenada de todos nós para nossos Governos sugerindo a possibilidade de que o Comitê, em uma data, digamos, perto do final deste mês, por exemplo, pudesse adotar as decisões pertinentes para pôr em andamento a Rodada de Negociações.

Representação do CHILE (Juan Guillermo Toro Dávila). A Representação do Chile deseja somar-se também ao manifestado pelos Senhores Representantes e agradecer a informação do Senhor Secretário-Geral, muito completa, e que nos permitiu poder nos informar sobre tudo o que foi conversado e sobre todos os resultados que essas conversações tiveram para esta Rodada de Negociações.

Concordo com o manifestado com relação à hipótese do lançamento; estou de acordo em que deveria ser lançado pelo Comitê, dentro da atividade normal que corresponde ao Comitê, mas também estou de acordo em que há um fator tempo que nos está criando um problema neste momento e que deveríamos da forma mais rápida possível, poder concretizar esta resolução no Comitê, que será a colocação que vamos fazer a nossos respectivos Governos. Creio que isto deveria ser em uma sessão próxima, talvez nesta semana, de tal maneira que fiquem

//

mas

//

claros os critérios a serem apresentados aqui para que nossos Governos possam resolver sobre o que nós lhes comunicamos: o lançamento desta Rodada de Negociações. Isto é o que queria manifestar.

Representação da ARGENTINA (Carlos Alberto Onis Vigil). Agradecemos também ao Senhor Secretário-Geral as informações fornecidas, referentes à sua visita aos países e também desejaríamos dar a nossa opinião sobre as alternativas de lançamento da Rodada Regional.

Creemos que pela origem da Rodada Regional, ou seja que se baseia no Encontro de Montevideu, no qual estiveram presente vários Presidentes por motivo da posse do doutor Sanguinetti, estimamos que das três alternativas explicitadas pelo Senhor Secretário-Geral corresponderia muito mais para o nível político, ou seja, para o nível que os países desejem dar à Rodada Regional, que o lançamento seja dado, pelo nível dos Chanceleres ou pelo máximo nível político que possam ter os países-membros. Acreditamos que levar este lançamento a nível do Comitê de Representantes, sem desconhecer o nível político deste Comitê, desmereceria um pouco o marco natural que deve ter uma Rodada Regional.

Concordo com parte das exposições que me precederam, especialmente, com o Senhor Representante do México, que falou sobre uma muito boa preparação antes de entrar no lançamento, antes de entrar nas negociações em si mesmas. Mas por tudo que foi dito anteriormente e pelo nível que desejamos dar-lhe, pela circunstância especial que atravessa a América Latina, pela importância que pode ter esta Rodada Regional, cremos que deve ser lançada em nível de Chanceleres.

Outrossim, dentro dessa preparação, consideramos também que poderiam existir outras alternativas, como por exemplo uma reunião prévia à reunião de Chanceleres, efetuada por um alto nível político, também, mas que se aproxime mais, que tenha também um ingrediente econômico e comercial, para obter as bases e as linhas de como se desenvolverá essa negociação e depois isso possa ser lançado pelos Chanceleres. Acreditamos firmemente que se esta Rodada começa a desenvolver-se com um lançamento efetuado pelo Comitê perderá grande importância política na região, não terá as repercussões necessárias e isso nos levará, talvez, a que finalmente esta ação, que para nós é fundamental que tenha o melhor dos êxitos, comece com o pé esquerdo.

Portanto, acreditamos que é um tema a ser consultado, a continuar conversando dentro do Comitê e compartilhamos da opinião manifestada pelo Senhor Representante do Uruguai de que no Comitê, em nível de Chefes de Representação, devemos continuar fazendo intercâmbio de idéias, ouvindo todas as Representações para poder dessa maneira chegar a um consenso sobre a melhor forma de que esta Rodada tenha sucesso.

PRESIDENTE. A Presidência escutou as apreciáveis exposições dos Senhores Representantes. Aqui, sem dúvida alguma, resumiu-se a urgente necessidade de lançamento da Rodada Regional de Negociações. Há países que expressaram a necessidade de que seja lançada por parte do Comitê, aqui neste recinto; e recolhendo a apreciável exposição do Senhor Representante da Argentina, ele pensa que a Rodada deve ser lançada em nível de Chanceleres.

//

Há algum tempo aqui foi dito, neste recinto, que nós, todos os Representantes, constituíamos um grupo grande de trabalho. Efetivamente é assim: todos nós constituímos um grupo de trabalho. Creio que o Senhor Representante do Uruguai manifestou a possibilidade também de conformar grupos de trabalho para iniciar e coordenar, de forma mais homogênea, a metodologia a ser utilizada. Poderíamos contemplar esta possibilidade de que cada um de nós, os Representantes, com a participação total, logicamente, começássemos a conversar, a fazer intercâmbio de idéias sobre este primeiro ponto: se a Rodada de Negociações, por exemplo, pudesse ser lançada em nível de Comitê, deveria dar-se outra instância.

Considero também que as opiniões e as sugestões, sumamente importantes, dos diferentes expositores, deveriam ser levadas em consideração também por aqueles países que não tiveram a oportunidade de participar agora, a fim de ir unificando conceitos e estar também nós aptos para fazer intercâmbio de idéias e de opiniões com nossas Chancelarias.

Sugeriria, tendo em conta a urgência que existe, que nos organizemos na preparação de uma reunião que nos permita seguir adiante para esclarecer estes pontos. Submeto-o a consideração dos Senhores Representantes.

Representação do BRASIL (Fernando Paulo Simas Magalhães). Eu acho que há duas posições aqui com relação ao assunto, as duas com uma argumentação bastante sólida e que justifica plenamente as idéias apresentadas.

Eu acredito que seria talvez conveniente, Senhor Presidente, que partindo dessas duas posições que parecem ser mais ou menos as que pairam no espírito de todos dar ao lançamento um caráter político ritual, um caráter político litúrgico, com a presença dos Senhores Chanceleres ou enfim, de quem pudesse eventualmente estar presente aqui, mas uma pessoa de alta representatividade dos nossos países ou então entregar esta decisão, partindo daquilo que continua um pouco a ser o meu pensamento, de que politicamente e com toda a força já está lançada a Rodada de Negociações, nós poderíamos talvez consultar os nossos respectivos Governos antes de nos reunirmos em grupo de trabalho, Senhor Presidente, como Vossa Excelência com muita razão propõe.

Eu me pergunto se não seria possível, já não seria aceitável, que partindo dessas duas idéias, que foram colocadas aqui, nós fizéssemos uma consulta aos nossos Governos, a posição do Embaixador Magariños é excepcional, ele pode responder de imediato, mas eu teria realmente que perguntar a meu Governo qual seria a preferência que eles têm: admitindo aqui que a preferência do Governo brasileiro possa ser eventualmente o lançamento político em forma mais significativa do que o lançamento unicamente pelo Comitê. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Representação do CHILE (Guillermo Anguita Pinto). Senhor Presidente, temos algumas dúvidas. É verdade que a Rodada teria um lançamento do mais alto nível político caso fossem os Chanceleres quem a lançassem: efetivamente, isso. Mas temos a dúvida, Senhor Presidente, da ocasião em que pudessem juntar-se os Senhores Chanceleres, devido ao curto prazo existente. E, mais ainda, na forma em que seria iniciado este lançamento.

Desejamos imaginar, por exemplo, que fosse na reunião da OEA, em Cartagena, é uma das alternativas aqui apresentadas. Já em uma reunião anterior do

//

mas

//

Comitê tínhamos indicado que caso a delegação do Chile participe desse evento não iria acompanhado o Senhor Chanceler das pessoas que entendem desta matéria. Então, se essa declaração ou essa resolução que adotarem os Ministros fosse muito similar à que foi feita no Encontro de Montevidéu, tememos que estaríamos repetindo um procedimento, com o qual baixaríamos o nível ao início, porque seria um ato de repetição de algo que já foi feito.

É verdade que podemos preparar aqui uma declaração mais detalhada, mas essa declaração ou essa resolução, deveria ser permanentemente consultada com nossas Chancelarias, e os trâmites não são fáceis, os trâmites vão ser demorados. Preocupa-nos o fato de repetir a declaração do Encontro de Montevidéu; ou seja, que há muito interesse em iniciar uma Rodada de Negociações, durante 86 em lugar de 1985. Entretanto, se adotamos a última das alternativas apresentada para a convocação que fosse em nível de Comitê, poderia dar-se alguma formalidade de alto nível político desde que, por exemplo, houvesse um pôder expresso dos Senhores Chanceleres a seus Senhores Representantes para uma resolução determinada que convocasse ao início da Rodada Regional de Negociações. Nesse caso, se for em nível do Comitê, creio que poderíamos concretizar um pouco mais as declarações feitas no Encontro de Montevidéu, creio que poderíamos dar-lhe um pouco mais de substância e para isso nos serviria muitíssimo toda esta viagem do Senhor Secretário-Geral o qual, certamente, nos ajudaria a plasmar, pelo menos, os consensos que ele advertiu dentro de sua viagem. Haveria uma consulta final, já de um documento preparado pelo Comitê, preparado mais detalhadamente, por pessoas que conhecem mais sobre a matéria, o qual iria a consulta das Chancelarias e nesse momento, então cremos que a solução dos problemas que ali pudessem apresentar-se seria mais fácil. Temos essa dúvida.

Então, a consulta apresentada pelo Senhor Representante do Brasil, que poderia realizar-se, creio que deveríamos acompanhá-la cada um com as dúvidas surgidas mas que não foram aqui debatidas. Provavelmente também seria conveniente que os Senhores Chefes se reunissem em uma reunião das que antigamente se fazia e que acreditamos eram sumamente úteis, em nível de Chefes de Representação, com a finalidade de, pelo menos, decidir se será em nível de Chanceleres ou em nível de Comitê; e se for em nível de Chanceleres, ir trabalhando na preparação de um documento no qual pudessemos expressar todas as preocupações surgidas em determinados aspectos.

O Senhor Secretário-Geral nos dizia que quanto a um processo multilateral devíamos ser muito cautelosos. Então, na realidade, o que nos vai ficando da Rodada de Negociações? Creio que deveríamos discuti-lo com a finalidade de que essa cautela estivesse refletida dentro do documento que fosse preparado. Enfim, há uma série de aspectos que, indubitavelmente, deveriam ser preparados pelo Comitê antes de apresentá-lo aos Senhores Chanceleres. O que eles poderão fazer é uma declaração política de lançamento da Rodada; mas, como dizia o Senhor Representante do Brasil, esse nível político pareceria que já o temos, no Encontro de Montevidéu e nos resultados da viagem do Senhor Secretário.

Finalmente, proporíamos que se fizesse o grupo de trabalho proposto pelo Senhor Representante do Uruguai a fim de ir solucionando todos estes detalhes

//

me

//

considerados importantes, para serem comunicados a nossas Chancelarias, antes de fazer uma consulta tão geral.

Representação da VENEZUELA (Jesús Alberto Fernández Jiménez). Em primeiro lugar, desejo aderir às expressões de agradecimento ao Senhor Secretário-Geral pela viagem realizada a nossos países e felicitá-lo também pelo resultado obtido e acrescentar também que, tal como expressei pessoalmente em alguma oportunidade, considero que essa viagem foi sumamente oportuna e benéfica, no sentido de contribuir para remover um pouco e refrescar a idéia de nossos próprios países, em nossas capitais, sobre o que estamos fazendo nesta matéria na ALADI, que é só um esforço coincidente com as outras vias já iniciadas, de cooperação política e de coordenação de algumas posições entre os países latino-americanos. Creio que essa viagem do Senhor Secretário-Geral contribuiu enormemente para os esforços que nós, como Representantes, estamos fazendo em cada um de nossos países, porque se trata de uma nova voz, uma voz inclusive estranha ao seio interno de nosso próprio Governo, que vai coincidindo na mesma direção.

Com relação ao ponto que estamos discutindo, Senhor Presidente, considero que a Venezuela poderia acompanhar qualquer uma das duas iniciativas: seja uma reunião ministerial de alto nível, na qual se trate de revestir o lançamento da Rodada com a solenidade política que daria a sua própria investidura das pessoas que participariam dessa reunião, mas creio que também poderíamos obter o mesmo efeito e o mesmo resultado se com uma decisão adequada por parte do Comitê pudessemos chegar a essa convocação. Inclusive, o Senhor Embaixador do Uruguai acaba de mencionar uma possibilidade, que poderia ser estudada -uma entre as que poderiam ser estudadas-, como é a de que simultaneamente poderia haver alguma manifestação, -simultaneamente digo, com a decisão que fosse adotada pelo Comitê para lançar a Rodada de Negociações- de caráter político por parte de nossos Chanceleres, que coincidisse no tempo e que contribuísse também a dar-lhe maior ressonância política.

Penso que o conteúdo político da Rodada, como assinalava o Senhor Representante do Brasil anteriormente, já foi dado não somente pelas circunstâncias e pela forma como foi adotado no Encontro de Montevideu, no qual esteve presente um grupo de Chefes de Estado dos países-membros, e de Chanceleres dos países-membros em cuja Declaração nos foi dado um mandato do mais alto nível político para que iniciássemos essa Rodada de Negociações. Apesar de que já transcorreram vários meses daquele momento, considero que o mandato continua vigente e que o Comitê não estaria senão respondendo àquele mandato político -de maior nível que esse dificilmente poderíamos concebê-lo- e iniciar a Rodada.

O que mais me preocupa nesta matéria é a perda de tempo que significa continuar dando voltas sem poder encontrar o caminho apropriado para iniciar de uma vez por todas esta tarefa.

De maneira que considero a última proposta do Senhor Representante do Brasil muito oportuna e adequada, no sentido de que pudessemos consultar, não somente a oportunidade mas também a forma em que poderia ser feita a convocação, apresentando as duas alternativas e tratando de que em um prazo muito breve -creio que alguém sugeriu uma semana ou poucos dias- possamos adotar essa decisão e iniciar nossos trabalhos, com vistas de que efetivamente no começo do

//

mas

//

ano de 1986 possamos começar a progredir nesse sentido e tratar de obter os resultados que todos esperamos.

Uma consideração adicional que me vem a mente é que a reunião de alto nível político já mencionada, a reunião de Chanceleres, poderia talvez resultar de maior importância mais adiante, uma vez que a Rodada tenha se iniciado e que tenhamos começado a ter alguns resultados, para avaliar o caminho percorrido e para produzir determinadas orientações para o futuro. Ou seja, não gastar a instância do alto nível político nesta oportunidade da convocação, na qual considero que já temos um mandato político muito claro, não gastar essa instância neste momento senão reservá-la para mais adiante para insuflar novo oxigênio às negociações dentro de oito, dez, doze meses, não sei, quando a Rodada já tenha alguns resultados concretos ou, pelo menos, estejam em vésperas de adotar-se e que, em consequência, nessa oportunidade se pudesse fazer essa avaliação e imprimir novos objetivos e, inclusive, consagrar algumas das coisas que já pudéssemos ter acordado em princípio a nível de Comitê.

Senhor Presidente, vejo sua idéia de um grupo de trabalho enquadrada na possibilidade de que começássemos a redigir algum documento, a plasmar algumas das idéias que temos quanto à convocação ou ao lançamento da Rodada, independentemente de que essa convocação seja feita por uma reunião política de alto nível ou que seja feita pelo Comitê, com todas as formalidades que se desejam dar. Independentemente da forma, considero que teremos de redigir um documento - o Embaixador Magalhães falava há alguns instantes, de um documento que pudesse ter claramente expressado em detalhes alguns dos objetivos que visamos, dos mecanismos que vamos utilizar etc, para, devido ao pouco tempo de que dispomos, ir ganhando tempo nesta matéria. Vejo esse grupo de trabalho mais orientado nessa decisão, que em definir se se trata de uma reunião ministerial ou não porque, em definitivo, essa definição vamos alcançá-la com a consulta que fizermos no Comitê no qual os Representantes dos diferentes países poderemos expressar nossa opinião a esse respeito.

Representação do Uruguai (Gustavo Magariños). Desculpe, Senhor Presidente, que volte a fazer uso da palavra, mas vejo-me na necessidade de fazê-lo.

Quero manifestar concretamente o seguinte: o Uruguai está disposto a que a convocação ou lançamento da Rodada se implemente através do mais alto nível político, por meio de uma Reunião de Chanceleres. Nesse ponto, o único que queremos saber é quando. Devemos pôr-nos de acordo em que circunstâncias, que momento aproveitaremos para fazer isso, porque nossos Chanceleres não estão disponíveis no momento que quisermos. Se isso não fosse possível ou houvesse outra tendência, estaríamos dispostos a que o faça o Comitê de Representantes que é, neste momento, o caminho mais prático. Nesse sentido, concordamos em que o faça o Comitê de Representantes em algumas destas duas formas: ou da maneira habitual ou rotineira com que convoca uma conferência de importância, ou "vestindo" a resolução correspondente com alguma menção especial, que pode ser a referência aos contatos do Senhor Secretário-Geral; poderia acrescentar-se na parte dos considerandos que, respondendo a instruções expressas dos Senhores Ministros das Relações Exteriores, os Representantes Permanentes convocam a reunião; que pudesse ser também baixando uma resolução comum e coordenando

mas

//

//

com nossas capitais que nossos Chanceleres expressassem publicamente, de maneira mais ou menos simultânea, seu apoio à Rodada de Negociações ou de qualquer outra maneira. Mas também nesse caso desejaríamos saber quando faremos isso porque se não chegará o final do ano e a Rodada de Negociações se verá comprometida em sua definição. Estamos dispostos a qualquer uma dessas vias, mas acredito que devemos fixar algum critério rapidamente.

A esse respeito digo o seguinte: o Senhor Secretário-Geral estaria visitando o Paraguai; em consequência, até por motivos elementares de cortesia com a Representação do Paraguai e com o Governo do Paraguai, não devemos adotar decisão até que ele termine sua viagem. Quer dizer, o que devemos fazer é reunir-nos o quanto antes, quando o Senhor Secretário-Geral voltar, para definir fundamentalmente este ponto. Porque não entraremos em outras matérias até não chegarmos à decisão do que faremos com a Rodada de Negociações. E parece-me que devemos ter um certo cuidado com relação à documentação e outro tipo de trabalhos. Considero que o que devemos fazer nessa reunião de Representantes é manejar os textos relativos à convocação; o resto seguirá seu curso natural porque a partir do momento em que for adotada essa decisão nos veremos muito mais obrigados a iniciar o tratamento das matérias substantivas da Rodada. Devíamos estar pensando em redigir os textos da convocação, do lançamento da Rodada Regional de Negociações e da convocação da reunião de alto nível governamental que iniciará a Rodada Regional de Negociações. Esses dois pontos. E isso deverá ser feito na próxima semana; depois disso não poderá ser. De outra forma eu me verei na situação de sugerir aqui no Comitê de Representantes que passemos a Rodada de Negociações para o ano de 1994. Já cumprimos todos os passos possíveis, não resta mais nada a decidir. Esqueçamos um pouco Hamlet, realizemos a consulta correspondente e decidamos na semana que vem.

Representação da ARGENTINA (Carlos Alberto Onis Vigil). Depois de ter escutado algumas Representações, consideramos que como forma de trabalho seria conveniente que, independentemente das consultas que faça cada uma das Representações a seus próprios Governos para definir o que hoje foi discutido aqui entre as duas alternativas, se é um lançamento em nível de Chanceleres ou um lançamento em nível de Comitê de Representantes -e compartilhando das preocupações com relação ao tema da urgência de produzir documentos para qualquer uma das alternativas que eventualmente surgirem- que se comece a trabalhar de uma vez -talvez quando o Senhor Secretário-Geral voltar de sua visita ao Paraguai- em nível de Chefes de Representação ou de Comitê, para decidir tanto que tipo de lançamento terá como quais poderão ser os documentos necessários para que esse lançamento e as etapas posteriores tenham um desenvolvimento harmônico.

Voltando um pouco ao tema sobre qual seria o nível, repassando os conceitos que nos brindou o Senhor Secretário-Geral, vemos que falou de uma intensificação crescente do tema da coordenação latino-americana; de que a primeira prioridade para a maioria ou, digamos, a totalidade dos países da América Latina, é a própria América Latina; outros dos conceitos é fazer da ALADI um centro de comércio e pagamentos. Levando em consideração todo esse tipo de conceitos, que evidentemente resumem o pensamento da maioria, continuamos pensando que o lançamento deve ser em nível de Chanceleres.

//

mas

//

Além disso, os Chanceleres, com este incremento de suas visitas por múltiplas circunstâncias -pelo tema da dívida, pelo tema OEA, pelo tema SELA, pelo tema assunção de novos Presidentes- aumentam diariamente as consultas e as visitas realizadas a diferentes países. Acreditamos que perante essa intensificação de contatos em nível de Chanceleres, deixar que a Rodada seja lançada em nível de Comitê é, ante essa realidade, diminuir-lhe um pouco o nível. Ou seja, se fosse uma etapa na qual os contatos fossem muito esporádicos, seria muito mais compreensível. Mas neste momento no qual as relações entre Chanceleres são feitas quase, diríamos, mensalmente, parece-nos fundamental que embora se demore talvez um mês ou dois a mais por problemas de datas não consideramos que esses problemas de data devam incidir no caráter político da convocação; deve ser feita ao mais alto nível para outorgar-lhe a hierarquia e a transcendência que merece.

Representação do PERU (Carlos Berninzon Devescovi). Quería informar ao Comitê que o Governo peruano recebeu uma informação, não oficial, de que um país-membro da Associação tinha a intenção de convocar, em seu país, em sua Capital, uma reunião de Chanceleres em março do próximo ano, com um grande título: coordenação política latino-americana, partindo da base de que os esforços da ALADI são uma parte do problema que vive a América Latina hoje em dia, o comércio, ficando outros por fora como são o problema da dívida externa ou o problema da energia, etc. E pensou-se que uma reunião de Chanceleres em março poderia abrigar, sob um imenso chapéu, estes três temas, basicamente o tema do comércio e da dívida externa; reunião em março na qual a Rodada de Negociações da ALADI seria um dos elementos que adotariam os Chanceleres. Esse critério foi acolhido por meu Governo com muito prazer, valorizando-o no sentido de que é uma necessidade da região uma maior coordenação política entre nossos países, basicamente pela conjuntura internacional que estamos vivendo.

Se esse país não formaliza uma convocação em março em nível de Chanceleres para esta coordenação política latino-americana, digo, se esse país não formaliza, o Peru estaria disposto a seguir a outra alternativa proposta, ou seja, adotar a decisão no Comitê; mas inclinamo-nos por uma reunião de Chanceleres, de preferência para uma coordenação política latino-americana, na qual a ALADI seja talvez o elemento principal mas não o único.

Representação do PARAGUAI (Santiago Alberto Amarilla Vargas). A Representação do Paraguai também quer se somar às expressões das demais Representações no sentido de felicitar o Senhor Secretário-Geral pelo pormenorizado relatório apresentado nesta sessão.

Ouvimos com muito interesse as manifestações das demais Representações nesta sessão e sobre o ponto apresentado relativo ao lançamento da Rodada de Negociações; entretanto somar-nos-íamos às expressões da irmã Representação do Uruguai, a quem agradecemos o fato de se adiantar, e manifestar que aguardaríamos o regresso do Senhor Secretário-Geral de Assunção, para manifestar-nos sobre este ponto.

Em conclusão, é nossa posição aguardar o regresso do Senhor Secretário-Geral de Assunção para pronunciar-nos sobre o ponto do lançamento da Rodada de Negociações.

//

mas

//

Representação do EQUADOR (Gustavo Cordovez Pareja). Somamo-nos aos agradecimentos e felicitações pelo relatório do Embaixador Juan José Real.

Quanto ao apoio político, acredita a Representação do Equador que isso está implícito no lançamento da Rodada de Negociações no mês de março com a presença do Presidente Sanguinetti; veio depois o Presidente do Brasil; nosso Chanceler esteve há dois dias e trouxe uma mensagem do Presidente Febres Cordero de apoio político à ALADI e de apoio à Rodada de Negociações.

Nossa Representação acredita que devemos receber de nossos Governos instruções sobre os documentos que enviamos, especialmente 159 e 159.1, instruções depois de ter conversado cada Governo com o Secretário-Geral da Associação, e depois de analisar profundamente tais documentos, quando voltar o Embaixador Real do Paraguai, ver quando e de que forma o Comitê de Representantes convocará a Rodada de Negociações e se é ou não necessário reunir-nos com os Chanceleres.

Representação da COLÔMBIA (Santiago Salazar Santos). Em primeiro lugar, peço desculpas por ter chegado alguns minutos tarde a esta sessão, principalmente ao Senhor Secretário-Geral. Tinha muito interesse em ouvir desde o princípio sua exposição, mas algum assunto urgente me deteve uns minutos, o que não obsta para que também, em nome de meu Governo, agradeça o imenso esforço feito de visitar todos os países-membros da ALADI e consultar os assuntos mais importantes e de grande interesse para nós no Comitê.

Segundo entendo, foram apresentadas várias opções para o lançamento político da Rodada de Negociações, ou seja, aproveitar a Assembléia da Organização dos Estados Americanos, em Cartagena, em dezembro próximo, uma reunião do Consenso de Cartagena, sem data, e que ainda não se saberia em que circunstâncias de representação se reuniria para esse possível foro; a terceira, que seja o Comitê, com plenos poderes ou com a representação que temos, que mencione o lançamento feito aqui em março com motivo da posse do Presidente Sanguinetti e o mandato que nos foi dado para realizar uma Rodada de Negociações; e, por último, a apresentação que acaba de fazer o Senhor Representante do Peru no sentido de que haveria outra reunião, em nível de Chanceleres, que está sendo projetada por algum país, e aproveitá-la para então fazer o lançamento político da Rodada de Negociações.

Logicamente, qualquer decisão que devamos adotar deverá ser uma vez que o Senhor Secretário-Geral volte de Assunção, porque não poderíamos permitir que todos os países tenham sido visitados e falte um, que é o Paraguai, com o objetivo de que todos tenhamos uma posição mais ou menos consultada ou definitivamente consultada pelo Secretário-Geral antes de adotar uma decisão.

Então, como uma idéia a posteriori, depois que o Senhor Secretário-Geral voltar de Assunção, poderemos considerar a possibilidade de fazer aqui algum documento que consulte o Encontro de Montevideu, faça referência aos trabalhos que adiantamos e o enviemos a nossos Chanceleres o mais breve possível com o propósito de que seja, na Assembléia da Organização dos Estados Americanos, em Cartagena, onde certamente estarão reunidos os Chanceleres ou estarão reunidos os Governos no mais alto nível, para que se realize esse pronunciamento, baseados em um documento que escrevamos aqui, de muito poucas linhas, fazendo

//

mas

//

referência ao mandato que recebemos, aos trabalhos que foram feitos e, naturalmente, ao impulso político que está sendo dado ou que dêem nesse momento os Chanceleres ou os representantes dos Governos que se reúnam em Cartagena por ocasião da Assembléia da Organização dos Estados Americanos.

Proponho essa opção, antes de que definamos de uma forma precisa e exata se não levamos em conta nenhuma das outras opções e resolvamos que seja o Comitê em sua representação política quem faça o lançamento da Rodada de Negociações, o que me preocupa, porque parece-me que seria baixar um pouco o nível e a esperança de todos os esforços feitos e reduzi-los a uma resolução que sairia do Comitê de Representantes não com a força política que esperávamos que fosse dado ao mandato do Encontro de Montevidéu em março deste ano.

SECRETÁRIO-GERAL. Quero dizer que a visita ao Paraguai pensamos realizá-la de terça a quinta feira; ou seja, sexta-feira estaríamos aqui de volta certamente com o Embaixador Antonio López.

Desejaria me referir um pouco ao ponto central da convocação, ou seja, ao fato físico de que devemos produzir algum documento, algum papel, que convoque essa Rodada. Lembrei-me, e estive procurando entre meus papéis, de que realmente este ano foi feita uma tarefa preparatória, um papel que deixamos um pouco pelo caminho na espera de como evoluíram os acontecimentos; era praticamente a base de uma convocação, refletida no papel 149/Rev. 5, que ainda não foi terminado, que tem parênteses e ajustes, mas que no meu entender, pode servir de base para o início do exercício. Darei leitura aos principais parágrafos.

Dizia assim, na introdução: "Tendo em vista a Resolução 42 do Comitê, que recebe e incorpora a Declaração do Encontro de Montevidéu ao âmbito da Associação. O propósito dos países-membros expressado nessa Declaração, de realizar uma rodada de negociações para impulsionar uma maior participação de seus bens e serviços no comércio regional, como resposta à crise que atravessa a América Latina e as dificuldades que enfrentam os países da região como consequência da carga de sua dívida externa e das restrições impostas a suas exportações por parte dos países desenvolvidos. Levando em consideração que para isso é necessário considerar globalmente os problemas do comércio e a integração regionais, dentro de uma perspectiva que contemple medidas com efeitos positivos imediatos no intercâmbio intra-regional e programas e ações orientadas ao aprofundamento do processo de integração e à expansão do comércio a médio e longo prazos, ...". E depois "ACORDA". Nesse papel temos: "O Comitê de Representantes Acorda". Podemos eliminar o ponto desta leitura e ir diretamente ao Acordo.

O Acordo, em que consistiu? Primeiro, eram estabelecidos os objetivos das negociações: "As negociações visarão os seguintes objetivos específicos: a) definir e colocar em andamento as medidas e ações que levem ao estabelecimento progressivo de um sistema multilateral de comércio e pagamentos para a região; b) promover a celebração de acordos entre os países-membros, ...", etc; c) aprofundar os tratamentos diferenciais previstos no Tratado. A rodada de negociações terá um nível preponderantemente político e multilateral, assegurando através das modalidades que se considerem mais adequadas, a participação

//

mas

//

equitativa de todos os países-membros". E assim continua o papel: "Sem prejuízo de seu caráter multilateral, poderão resultar das negociações mecanismos, instrumentos ou programas cuja concretização se canalize através de acordos de alcance parcial. A Rodada estará aberta à participação dos países latino-americanos não membros, em caráter de observadores, a fim de facilitar sua adesão negociada aos acordos vigentes ou os que resultarem da mesma".

E assim continua uma série de passos processuais até chegar ao ponto do temário. Então, ali eram indicadas várias modalidades a serem consideradas durante a Rodada: a preferência tarifária, os acordos regionais, o comércio de contrapartida, a medida de cooperação na área do transporte e outras, a complementação econômica, novas modalidades de pagamentos e financiamento.

O ponto 6 dizia, a seguir: "O Comitê de Representantes promoverá as instâncias governamentais que considere necessárias para atingir as atribuições dadas pelos países-membros à rodada regional com o propósito de que as mesmas se iniciem a partir do mês de outubro", diziamos então, "do ano em curso". E depois havia três parágrafos finais que resumiam a parte processual: "As negociações a que se refere o presente Acordo não substituem os demais entendimentos bi ou plurilaterais que os países-membros possam concretizar entre si ou com países latino-americanos não membros. As decisões e compromissos resultantes das negociações serão formalizadas de acordo com as previsões do Tratado de Montevideo 1980. O Comitê de Representantes informará à reunião do Conselho de Ministros que se reunirá em 1986 os progressos alcançados na Rodada de Negociações."

Creio que de uma primeira olhada, este documento oferece pelo menos uma base para começar uma discussão, introduzindo-lhe os ajustes havidos ao longo do tempo e os avanços que realmente fizemos na preparação da Rodada. Então, talvez, em uma próxima reunião, em nível de Chefes ou em nível de grupo de trabalho, como vinha funcionando o Comitê ou no nível considerado mais conveniente, Poderia começar-se a analisar um documento desta natureza.

PRESIDENTE. Creio que o Senhor Secretário-Geral nos manifestou que ele estaria de volta aqui na quinta-feira. Por conseguinte, a Presidência propõe, muito cortesmente, a possibilidade de nos reunirmos na próxima semana em um dia que podemos marcar neste momento.

Por outro lado, o documento 149/Rev. 5, de 12 de julho, e que todos em certa oportunidade tivemos a oportunidade de analisar, poderia servir como uma boa ferramenta de trabalho que nos permitiria iniciar a redação da resolução correspondente, considerando, logicamente, as alternativas discutidas. Submeteria à consideração dos Senhores Representantes que na próxima semana, repetido, no dia que aqui conviermos, possamos iniciar uma reunião, seja em nível informal de Chefes ou em uma reunião de uma espécie de grupo de trabalho; enfim, poderíamos encontrar aqui mesmo a modalidade.

Submeto à consideração dos Senhores Representantes o que acabo de manifestar.

//

mas

//

Representação do EQUADOR (Gustavo Cordovez Pareja). Se o Embaixador Real chega do Paraguai na quinta-feira, sugiro que nos reunamos, em reunião informal, na sexta-feira, porque estamos atrasados.

Representação da ARGENTINA (Carlos Alberto Onis Vigil). Coincidimos com o Senhor Representante do Equador. Creio muito adequado reunir-nos na sexta-feira, dada a urgência dos temas.

PRESIDENTE. Se os demais Senhores Representantes estiverem de acordo, esta reunião proposta poderá ser na sexta-feira.

Por conseguinte, não havendo observações reunir-nos-emos na sexta-feira, às dez e trinta da manhã,

Representação do MÉXICO (Arturo González Sánchez). Com o propósito de ter tudo esclarecido nesta reunião. O objetivo fundamental da reunião seria discutir o documento 149/Rev. 5, decidir sobre a conveniência de lançar a negociação, ou seja, fazer o lançamento de negociações desde o âmbito do Comitê, ou qual seria o objetivo concreto da reunião? Estou um pouco perdido.

PRESIDENTE. Considero que basicamente seria esse o objetivo. E, logicamente, ir ao mesmo tempo trabalhando com a elaboração de resoluções alternativas.

Representação do BRASIL (Armando Sergio Frazão). A Representação do Brasil entende desta longa discussão que tivemos esta manhã, que se houvermos por bem tomar o documento 149/Rev. 5 como base para um texto da resolução de convocação, isso poderia ser discutido na semana entrante; uma vez feito um texto base, o mesmo seria enviado a nossas Chancelarias para que eles, então, adotem uma decisão sobre se essa resolução será tomada pelo Comitê ou por uma reunião de Chanceleres. Assim o entendemos.

PRESIDENTE. Creio que todos estamos de acordo com o que acaba de expressar o Senhor Representante Alternado do Brasil.

Os Senhores Representantes estariam de acordo em que a reunião, o nível da reunião poderia ser informal de Chefes?

Então, se todos os Senhores Representantes estão de acordo com este critério, realizaremos uma reunião informal de Chefes na sexta-feira, às dez e trinta.

Não havendo outras intervenções sobre este ponto, passamos ao seguinte ponto da ordem do dia,

mas

//

//

4. Entrada em vigor da NALADI.

Representação da ARGENTINA (Rodolfo Ignacio Rodríguez). Solicitamos a inclusão deste tema na ordem do dia para fazer brevemente alguns comentários a esse respeito e certamente decidir que em uma próxima reunião do Comitê de Representantes ou no foro que se considere mais conveniente, possamos aprofundá-lo entre todos.

O tema que queríamos suscitar, basicamente, de forma esquemática, poderíamos reduzi-lo na pergunta de se efetivamente estaremos em condições, em primeiro de janeiro de 1986, de começar com a colocação em vigor, efetiva, da NALADI, de acordo com o compromisso que assumimos oportunamente no mês de julho passado, em virtude da Resolução 45 do Comitê de Representantes.

Como os Senhores lembrarão, em virtude desta Resolução, além de termos adotado a NALADI, estabelecemos que em primeiro de janeiro a mesma entraria em vigor efetivo para o qual devíamos, até essa data, adotar todas as providências necessárias para transformar todos os acordos vigentes, em termos NABALALC, para a nova NALADI.

Quero assinalar que existe uma preocupação, que justamente queremos compartilhar e conversar com os Senhores, nas autoridades com relação à possibilidade material que devamos estar em condições, em primeiro de janeiro, de ter efetuado toda a tarefa que temos por diante com relação a esta matéria, tarefa que implica analisar a documentação de base de que disporemos sobre este tema, até colocar em vigor internamente, pelas normas administrativas que correspondam em cada país, os acordos modificados em termos da nova NALADI.

Sabemos, Senhor Presidente, que a Secretaria-Geral está em condições de apresentar o trabalho que oportunamente lhe fora encomendado pela Resolução 45 e que seria, segundo nosso ponto de vista, o ponto de partida de uma série de trabalhos que deveríamos ir realizando até o final deste ano. Os trabalhos da Secretaria estão praticamente concluídos e, em todo caso, queríamos destacar quais são, segundo nosso critério, as seqüências que haveria de seguir para poder dar cumprimento ao mandato da Resolução 45.

Esta seqüência, de forma muito esquemática, seria: a análise, por parte de cada um dos países, dos documentos a serem apresentados pela Secretaria; isto, naturalmente, não é trabalho de poucos dias mas requer, diria eu, um período de tempo relativamente prolongado; trata-se de analisar todos os acordos firmados por cada país de um ponto de vista da conversão da NABALALC em NALADI. Certamente desta análise surgirão algumas dúvidas, alguns comentários, alguns aspectos a dilucidar novamente em Montevideu, com a Secretaria e provavelmente com os países firmantes de cada acordo. Todos sabemos bem por experiência que embora algumas das transformações sejam muito mecânicas, podem haver outras que não o sejam e que, de alguma maneira, estejam próximas do alcance das negociações realizadas, o que sem dúvida provavelmente origine algumas conversações, não somente com a Secretaria mas também com os países firmantes de cada acordo, para poder estabelecer claramente em que medida as transformações são adequadas e se respondem realmente ou alteram em alguma medida o alcance das negociações efectuadas.

//

//

Concluída esta segunda etapa, deveríamos definir, coisa que ainda não fizemos, de que maneira modificaremos os protocolos em vigor, ou seja, os acordos firmados: se através da subscrição de novos protocolos pelos Plenipotenciários dos países, se de uma forma talvez um pouco mais administrativa, como seria, por exemplo, o fato de que seja a Secretaria quem o faça de ofício, através de um mandato, por exemplo, do próprio Comitê, ou de alguma outra alternativa que, como assinalei, não conversamos até o momento. Ou seja, devemos cumprir uma formalidade e ver de que maneira são modificados os acordos uma vez que nos ponhamos de acordo, sobretudo nos ajustes que devemos introduzir.

A etapa final é a colocação em vigor, do ponto de vista administrativo, destas modificações em nossos países. Ou seja, naturalmente, assim como colocamos em vigor os acordos por determinados atos administrativos, deveremos também colocar em vigor as modificações por atos administrativos similares. É o que entendemos, pelo menos à luz da experiência de nosso país. Tudo isto devemos fazê-lo antes do final deste ano.

Se nós valorizamos e estabelecemos um tempo para cada uma destas etapas -no caso de nosso país já foi feito um exercício sobre a matéria- concluímos que a data de primeiro de janeiro é realmente muito próxima e que, certamente, necessitaremos um prazo que entendemos irá muito além de primeiro de janeiro do próximo ano, para fazer as coisas bem, com o tempo necessário e para que cheguemos à última etapa, que é finalmente a colocação em vigor em cada país das modificações que estabelece a NALADI.

Dizíamos, Senhor Presidente, que é uma preocupação que queremos compartilhar com as demais Representações e com a Secretaria; queremos analisar o tema profundamente, com o objetivo fundamental de que, mais do que cumprir com um mandato que temos e que nós estabelecemos, o que devemos fundamentalmente precaver é que não surjam dificuldades a partir de primeiro de janeiro de 1986 com nossas correntes comerciais, na medida em que, por exemplo, alguns países possam estar aplicando ou começar a utilizar a NALADI para os convênios já subscritos e outros países, talvez por falta de tempo ou por um desenvolvimento, digamos, não muito seqüencial em nossos trabalhos, possam continuar aplicando a NABALALC e comecem a gerar dificuldades nas alfândegas com nossas importações.

De maneira que, Senhor Presidente, este é sinteticamente o tema que queremos propor; consideramos que deveríamos tratá-lo detalhadamente para chegar a alguma conclusão entre todos, adiantando desde já, que a impressão que existe em nosso país, pelo menos, é que primeiro de janeiro é um prazo muito próximo, que não vamos ter tempo para cumprir com a tarefa e deveremos buscar alguma alternativa entre todos para ver qual é a melhor forma de chegar a um prazo razoável, cumprindo com a tarefa que temos por diante; e, fundamentalmente, evitando dificuldades de tipo administrativo em nossas alfândegas a partir de primeiro de janeiro, preocupação fundamental em torno deste tema.

PRESIDENTE. A Presidência acolheu a preocupação expressada pelo Senhor Representante.

Sem dúvida, depois que os Senhores Representantes tomaram conhecimento destas preocupações e tendo em vista o tempo limitado, basicamente poderíamos

//

mas

//

pensar para uma próxima sessão, ao nível que corresponder, em tratar mais profundamente este assunto, submetido pela Representação da Argentina. Poderíamos incluir este assunto na próxima ordem do dia do Comitê.

Representação do MÉXICO (Arturo González Sánchez). Atrever-nos-íamos a sugerir, se os Senhores estão de acordo, a criação de um grupo de trabalho, que seria o mais prático pois trata-se de um texto muito amplo, com muitas revisões detalhadas.

Representação do BRASIL (Fernando Paulo Simas Magalhães). Concordo com o proposto pelo Senhor Representante do México, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Considero que se a Representação da Argentina estivesse de acordo com esta sugestão, ficaria estabelecido dessa forma, com a anuência dos Senhores Representantes.

Representação da ARGENTINA (Carlos Alberto Onis Vigil). Compartilhamos plenamente da proposta da Representação do México, mas creio que, dada a urgência do tempo, seria conveniente que a Secretaria convocasse, talvez para a próxima semana, este grupo de trabalho -para meados da semana que vem ou coisa por aí recida, para estabelecer agora uma data- para que não continue passando o tempo.

PRESIDENTE. Recomendaremos à Secretaria-Geral essa sugestão, Senhor Representante.

Não havendo outros comentários sobre o particular nem mais temas a serem tratados, encerra-se a sessão.

mas